

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho

02 a 05 de outubro de 2017

GT 16: Relações Raciais e Étnicas na América Latina: Ancestralidades e Lutas

ANTROPOLOGIA DO OUTRO:

**PERCEPÇÃO GUARANI SOBRE OS CENTROS DE EDUCAÇÃO E
CULTURA INDÍGENA (CECI) NA TI TENONDÉ PORÃ**

Karen Slindvain Florindo

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

RESUMO:

Este projeto de pesquisa se propõe a observar os Guarani Mbyá envolvidos pela cidade de São Paulo. Em 2004, na gestão da prefeita Marta Suplicy, foram inaugurados os Centros de Educação e Cultura Indígena - CECI, nas aldeias Tekoa Pyau no Jaraguá, Krukutu e Tenondé Porã em Parelheiros. A pesquisa tem como foco o contato entre as pessoas da TI Tenondé Porã com os Centros de Educação e Cultura Indígena na cidade de São Paulo. Visamos entender como e se a política pública CECI, desenhada pelo poder público paulistano e as lideranças Guarani Mbyá, atende as demandas expressas pela cosmologia Guarani. Nossa hipótese é que o CECI pode ter viabilizado a articulação de uma nova estratégia de resistência, por ser um espaço para o exercício da cosmologia e transmissão da cultura para as novas gerações. Uma vez que o projeto do CECI, diferentemente de outras políticas públicas, foi construído em diálogo com a população Guarani, destacando-se como uma política pública que carrega em si a marca de um esforço em busca da interculturalidade e, conseqüentemente, gerou resultados interessantes para a população Guarani dos aldeamentos Krukutu e Tenondé Porã.

Palavras-chave: Guarani Mbyá – CECI – políticas públicas – educação – São Paulo

ANTROPOLOGIA DO OUTRO¹:**PERCEPÇÃO GUARANI SOBRE OS CENTROS DE EDUCAÇÃO E CULTURA
INDÍGENA (CECI) NA TI TENONDÉ PORÃ**

¹ “A antropologia do Outro é condição para uma nova antropologia, isto é, subjetivarmos no lugar de objetivarmos, convertermos o processo e a ideia de conhecimento para que possamos atingir a cultura do Outro no lugar de descrevermos sua “cultura”, quebrarmos a barreira da citação do Outro e permitirmos que este se torne o enunciante.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015)

INTRODUÇÃO

Residindo nas cidades, os indígenas reformulam o conceito de territorialidade, manifesto pelos conflitos socioambientais, pelos vínculos estabelecidos e o modo como estabelecem as relações sociocosmológicas² com o espaço. Assim como os grupos indígenas que vivem em áreas rurais ou em florestas, os indígenas que vivem em áreas urbanas também se transformam, produzindo no ambiente urbano as mesmas formas de associativismo, laços de solidariedade e raízes locais que dispunham em suas antigas áreas de fixação. (ROSADO & FAGUNDES, 2013).

Para este trabalho interessa observar os Guarani Mbyá envoltos pela cidade de São Paulo. Os Guarani Mbyá, são originários da região sul da América do Sul, atualmente ocupam Paraguai, Argentina e Brasil em grande número, especificamente em São Paulo existem duas Terras Indígenas (TI) Guarani Mbyá, a TI do Jaraguá e a TI Tenondé Porã, que usufruem de uma política indigenista específica, que consiste na Secretaria Especial da Saúde Indígena - SESAI, o Centro de Educação e Cultura Indígena - CECI, a Escola Estadual Indígena - EEI, e Programa Aldeias. Sendo o SESAI uma iniciativa federal, a EEI estadual e o CECI e o Programa Aldeias municipal.

Como forma de garantir a sobrevivência da cosmologia Guarani de modo institucional, as lideranças indígenas Guarani da cidade de São Paulo procuraram a Secretaria Municipal de Educação em 2002, com o objetivo de construir um centro de educação e cultura, essencialmente indígena, para reafirmar e fortalecer a autonomia do povo Guarani na cidade. Em 2004, na gestão da prefeita Marta Suplicy, foram inaugurados os Centros de Educação e Cultura Indígena - CECI, nas aldeias Tekoa Pyau no Jaraguá, Krukutu e Tenondé Porã em Parelheiros.

A pesquisa aqui proposta terá como foco o contato entre as pessoas da TI Tenondé Porã com os Centros de Educação e Cultura Indígena na cidade de São Paulo. Visamos entender como e se a política pública CECI, desenhada pelo

² Sociocosmológicas são as relações de exercício da cosmologia dentro do âmbito social.

poder público paulistano e as lideranças Guarani Mbyá, atende as demandas expressas pela cosmologia Guarani.

PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A população indígena que habita as grandes cidades é estudada como um fenômeno sociológico. Segundo o antropólogo Luis Roberto de Paula (2017), há duas perspectivas de análise sobre a “presença dos índios na cidade”. A primeira se debruça sobre os problemas e desafios que as populações colocam para as políticas públicas³ e a segunda perspectiva tem como foco a apropriação e ressignificação do espaço em que os povos indígenas se vêem limitados para viver.

O processo de urbanização não foi uma escolha para os povos indígenas, assim como a maior parte das alterações que ocorrem em suas vidas. As aldeias indígenas passaram e passam por um processo histórico de destruição e invisibilização, os estereótipos mais antigos se mantêm vivos pelo desconhecimento da vida indígena (CARNEIRO DA CUNHA,1988). É ingênuo pensar que os fenômenos de urbanização e globalização não afetariam os povos originários de todo o mundo.

No entanto, as demandas indigenistas ganharam força e alguma visibilidade por conta de eventos com participação de indígenas reivindicando seus direitos, em especial a partir dos eventos por ocasião dos 500 anos da Conquista da América, em 1992. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2013), a luta dos povos originários teve seu início com dois grandes marcos que seriam a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais (169) da Organização e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).

³ “Podemos entender a expressão políticas públicas como um conjunto de ações articuladas, de responsabilidade do Estado, que têm por objetivo o atendimento a necessidades, interesses ou direitos coletivos. Estão respaldadas por leis e normas jurídicas. Ganham existência em sucessivas etapas, dentre as quais podemos destacar as de formulação, planificação orçamentária, execução e monitoramento/ controle social. Políticas públicas envolvem, ou podem envolver órgãos que compõem o Poder executivo nos seus três níveis ou instâncias: federal, estadual e municipal. Assim, uma olhada geral sobre o assunto engloba os ministérios federais e as secretarias estaduais e municipais como os principais indutores de políticas públicas. Tanto na execução como na formulação dessas políticas, porém, a importância de outros atores não pode ser desconsiderada, e isto será observado ao longo do trabalho que começamos a apresentar.” (De Paula&Vianna,2011:5)

O Estado brasileiro, pressionado por esses documentos internacionais, incorporou na Constituição Federal de 1988 parte das demandas indigenistas. O artigo 231 da Constituição explicita que são reconhecidos aos indígenas o direito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

“... a Constituição pretende legitimar (os direitos dos povos indígenas) através do texto legal, e gera assim, um preceito democrático no sentido de respeito à diferença. Quando reconhece a diversidade, sem hierarquia entre os grupos étnicos, gera um status de não inferioridade do indígena, promovendo a possibilidade das manifestações se traduzirem em valorização do índio sem reduzi-lo ou com intencionalidade de equivaler a cultura indígena a qualquer patamar diferenciado, inferior ou superior, a outros grupos.”
(PADOIN, 2015, p.107 - 108)

Em tese, o Estado assegura aos povos originários o direito à autodeterminação e à diferença, ou seja, de serem indígenas e permanecerem indígenas indefinidamente. Uma vez que se estabelece o direito à autodeterminação dos povos indígenas, reconhece a necessidade de uma Justiça própria nessas comunidades, que dialogue com a cosmologia e demandas internas. (VENTURI & BOKANY, 2013)

Encontram-se hoje no território brasileiro 305 etnias, falantes de mais de 270 línguas diferentes. Os povos indígenas, segundo o Censo IBGE 2010, são em torno 896.910 pessoas. Destes, aproximadamente 324.830 vivem em cidades e mais de 572.080 indígenas vivem em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país. A maior parte desta população habita aldeias situadas no interior das 505 Terras Indígenas (TI) espalhadas por todo o território nacional.

Dentre os muitos e diversos grupos indígenas brasileiros, o povo Guarani foi um dos primeiros a serem contatados após a chegada dos europeus na América do Sul. No Brasil, vivem atualmente cerca de 51.000 índios Guarani, em

sete estados diferentes, tornando-os a etnia mais numerosa do país. O povo Guarani no Brasil está dividido em três grandes grupos Kaiowá, Nandeva e Mbyá.

Como já mencionamos, os Guarani Mbyá, objeto de estudo desta pesquisa, são originários da região sul da América do Sul; e na cidade de São Paulo existem duas Terras Indígenas (TI) Guarani Mbyá, uma localizada no distrito de Parelheiros e a outra no distrito do Jaraguá.

A TI Tenondé Porã é Área de Preservação Ambiental (APA) e foi declarada em 2016 com 16.000Ha e possui seis aldeamentos: Tenondé Porã (Parelheiros - SP), Krukutu (Parelheiros - SP), Brilho do Sol (SBC), Guyrapa (SBC), Kalipety (Marsilac - SP) e Yreshakã (Marsilac - SP). As áreas territoriais foram muito reduzidas e com isto torna-se difícil a sobrevivência indígena por meio das formas tradicionais, como a agricultura, pesca e caça, por exemplo. Envolvidas pela metrópole, as populações Guarani reinventam o seu modo de vida para manter a cultura e reconfigurar formas de resistência.

A cidade de São Paulo possui políticas públicas indigenistas, o presente estudo tem como foco a política dos Centros de Educação e Cultura Indígena. Segundo a proposta político-pedagógica⁴ do CECI, os centros se constituem em um espaço privilegiado para a interlocução entre as múltiplas culturas, um local de diálogo. São constituídos por salas de aula e sala de informática, uma rádio comunitária e um Centro Cultural, onde as crianças Guarani de 0 a 5 anos desenvolvem atividades indígenas e não indígenas, como manifestação intercultural, possibilitando a integração Guarani com o mundo contemporâneo (BARBOSA, 2005).

Os Guarani Mbyá resistiram ao processo de colonização e hoje lutam para que o processo civilizatório não promova mais o apagamento de sua cultura. Nossa hipótese é que o CECI pode ter viabilizado a articulação de uma nova estratégia de resistência, por ser um espaço para o exercício da cosmologia e transmissão da cultura para as novas gerações.

⁴ Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Proposta-PoliticoPedagogica>.

O projeto do CECI diferentemente de outras políticas públicas, foi construído em diálogo com a população Guarani, destacando-se como uma política pública que carrega em si a marca de um esforço em busca da interculturalidade e, conseqüentemente, gerou resultados interessantes para a população Guarani dos aldeamentos Krukutu e Tenondé Porã, o que nos interessa conhecer e analisar.

OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos desse trabalho de pesquisa consistem em analisar como o CECI é visto pela população indígena da TI Tenondé Porã, a fim de conhecer os resultados da criação desta política pública, identificando se consiste em uma estratégia de resistência e/ou se resultou em uma. Como já mencionamos, nossa hipótese é que o CECI pode ter viabilizado a articulação de uma nova estratégia de resistência da língua, cultura e costumes Guarani em meio à cidade de São Paulo. Assim, entender como o CECI é percebido por essa comunidade e incorporado na rotina do grupo será um dos eixos centrais da pesquisa que este projeto propõe.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer e analisar os usos que os Guarani da TI Tenondé Porã fazem do CECI Krukutu e do CECI Tenondé Porã;
- Identificar se e como os equipamentos CECI são parte das atividades do cotidiano do grupo;
- Conhecer e analisar as percepções dos indígenas sobre o CECI e o diálogo institucional para a formulação de políticas indigenistas.

PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Este trabalho se baseará em uma pesquisa etnográfica. Para Geertz (1989), praticar o exercício etnográfico não é somente estabelecer relações, selecionar informantes transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e etc.; o que define é o tipo de esforço acadêmico uma "descrição densa" sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que eles fazem. Seguindo esta inspiração, pretendemos fazer pesquisa de campo nos CECI de Krukutu e Tenondé Porã. Aproveitaremos os contatos iniciados por meio da pesquisa "*Povos Indígenas na Cidade de São Paulo e Políticas Públicas/FESPSP 2017*", iniciada no corrente ano, da qual a proponente deste projeto é assistente, sob a supervisão da professora doutora Caroline Cotta de Mello Freitas (que também orientará a pesquisa aqui proposta).

Para a realização da pesquisa, utilizaremos técnicas qualitativas, como entrevistas (semi dirigidas e dirigidas) e observação participante. Em consequência do tipo de organização política, da pluralidade de lideranças característica dos Guarani, e por entendermos que para atingir nossos objetivos de pesquisa deveremos entrevistar o maior número de pessoas possível, não somos capazes de prever o número de entrevistas que serão realizadas. Asseguramos que serão realizadas entrevistas com lideranças e membros, homens e mulheres de variadas idades, dos aldeamentos já mencionados. Também faremos observação participante, realizando idas periódicas aos CECI Krukutu e Tenondé Porã, a fim de conhecer o cotidiano dos centros, os usos que as comunidades fazem dos espaços e as atividades que realizam lá.

Por entender que é preciso nos familiarizarmos mais com o CECI e as comunidades Guarani que estudaremos, pretendemos elaborar o roteiro de entrevistas semi dirigido após algumas idas a campo, por isso nossa intenção é apresentá-lo no primeiro relatório de pesquisa.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Mês / Atividade	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12
Revisão bibliográfica												
Reuniões de Orientação												
Coleta de Dados												
Relatório de Atividades Desenvolvidas (03 meses)												
Organização do Material Obtido												
Análise dos Dados												
Relatório dos Resultados Parciais (06 meses)												
Elaboração do Trabalho final												
Artigo Final												

REFERÊNCIAS

ALBERT, B. & RAMOS, A. **Pacificando o Branco. Cosmologias do contato no norte amazônico.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BARBOSA, A. M. **A multiculturalidade na Educação.** I Conferência Municipal de Educação. Caderno Temático de Formação. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2004.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Brasil: Os Direitos Indígenas e a Nova Constituição.** Anuário Indigenista, México, v. 48, p. 109-118, 1988.

GEERTZ, G. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

PADOIN, C. **Autonomia indígena: A perspectiva Mbyá Guarani em Santa Maria.** Tese de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFSM, 2015.

PAULA, R. L. **Afirmção de direitos indígenas em contextos ampliados de interação social: referências bibliográficas e alguns problemas de investigação.** ARACÊ – Direitos Humanos em Revista | Ano 4 | Número 5, 2017.

PAULA, L. R. de; VIANNA, F. de L. B. **Mapeando políticas públicas para povos indígenas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2011.

ROSADO, M. R.; FAGUNDES, L. F. C. **Presença indígena na cidade: reflexões, ações e políticas.** Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 2013.

SZTUTMAN, R. **Caraibas e Morubixabas: a ação política ameríndia e seus personagens.** R@U - Revista dos alunos de antropologia dos alunos do PPGAS da UFSCAR, nº 1, volume 1, 2009.

VENTURINI, G. & BOKANY, V. **Indígenas no Brasil: Demandas dos povos Indígenas e Percepções da Opinião Pública.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas Canibais — elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

BIBLIOGRAFIA A SER ESTUDADA

BARTH, F. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964.

CANDAU, V. M. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação, v.13, no 37 jan/abr, 2008.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. **Legislação Indigenista do Século XIX**. São Paulo: EDUSP e Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1993. V. 11.

_____. **Os Direitos dos Índios e Os Interesses Nacionais: Parceria Ou Barbárie**. TEMPO E PRESENÇA, v. 15, n.270, p. 32-34, 1993.

COHN, C. **CULTURAS EM TRANSFORMAÇÃO: OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO**. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 36-42, Apr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102392001000200006&lng=en&nrm=iso>.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, v.1, Jorge Zahar Editor, 1990.

FAGNANI, E. **Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade**. Tese de Doutorado - IE/Unicamp, 2005.

GIOVANNI, G. di& NOGUEIRA, M. A. (orgs.). **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Unesp/Fundap, 2015.

JUNQUEIRA, C. **Antropologia Indígena: Uma (nova) introdução**. 2a ed. São Paulo: EDUC, 2008.

LADEIRA, M. I. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya: Significado, Constituição e Uso**. Maringá: Eduem, 2002.

_____. **MbyaTekoa: o nosso lugar. São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Seade, v.3, n.4, 1989.

MONTERO, P., ARRUTI, J. M. e POMPA, C. **Para uma antropologia do político.** A.G. Lavallo, O Horizonte da Política: Questões Emergentes e Agenda de Pesquisa, São Paulo, UNESP, pp. 145-184.(2011)

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

_____. **Os Involuntários da Pátria.** ARACÊ – Direitos Humanos em Revista / Ano 4 / Número 5 / Fevereiro, 2017. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/os-involuntarios-da-patria-eduardo-viveiros-de-castro.html>>